

MANFREDI INCISA DI CAMERANA

Projecto: Caminhos da Paz

Italiano

Foi nomeado Embaixador de Itália em Maputo em 1990 tando acompanhado as negociações com a RENAMO até às primeiras eleições democráticas em 1994. Trabalhou desde 1987 no Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento no Ministério das Relações Exteriores trabalhou a Embaixada de Itália em Viena de 1983 a 1985, quando foi designado para representação em organizações internacionais, inclusive em Viena.

P.: Poderia nos falar sobre as suas primeiras impressões sobre o Moçambique e das relações da Itália e Moçambique na altura em que era embaixador.

MC: Cheguei a Maputo em Fevereiro de 1990 e não conhecia a situação em Moçambique. Claro que havia uma crise, que havia uma guerra civil, mas aquilo que me interessava muito era o programa de cooperação, porque eu vinha com essa missão, e portanto, havia acompanhado o programa que tinha sido acordado.

Naquela altura, Moçambique e a Somália, eram uma das prioridades da cooperação Italiana e, portanto, havia um grande empenho. Isso se devia a uma longa tradição de elos profundos entre Itália e Moçambique, que tinha nascido antes mesmo da Independência, e que depois da Independência se consolidou.

O senador Mario Raffaelli¹ empenhou-se bastante em ajudar Moçambique num momento particularmente difícil, porque com a guerra civil, grande parte do território Moçambicano não era acessível. Por isso concentrávamo-nos sobretudo nas cidades, onde havia bairros com enormes problemas, uma vez que as próprias cidades como Maputo, Nampula, Pemba e Beira não se tinham desenvolvido para acomodar uma população que se triplicava. Nós, juntamente com as ONGs, quer religiosas quer laicas, tínhamos numerosos projectos em acção. A minha inserção oficial no processo de Paz foi quando se assinou em Roma o acordo parcial de cessar-fogo, relativo aos dois corredores, Beira e Limpopo.

P.: Numa das viagens de Mario Raffaelli a Moçambique houve um encontro com Chissano². Gostaria de saber na altura em que o Embaixador chegou o assunto da Paz já era muito discutido.

MC: Naquele momento o Governo Moçambicano queria resolver o problema num contexto africano. De facto, os mediadores naquela altura eram o Quênia e o Zimbabwe. Quando eu me encontrei pela primeira vez com o presidente Chissano e lhe falei do interesse Italiano em iniciar um processo de Paz, isso foi em Março, não mencionei a disponibilidade Italiana de acolher. Essa questão foi levantada depois do fracasso do encontro que deveria acontecer entre o Governo e a RENAMO no Malawi.

A RENAMO não compareceu ao encontro em Malawi alegando que não tinha garantias de segurança. Nessa altura o presidente Chissano ligou-me e disse-me que queria encontrar-se com o senador Raffaelli. Então Raffaelli veio à Maputo e naquela ocasião o presidente Chissano perguntou ao Raffaelli sobre a disponibilidade de Roma para acolher - não se

¹ **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o governo italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a RENAMO.

² **Joaquim Alberto Chissano** (Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político moçambicano, veterano da luta armada da Frelimo, foi primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

falava ainda de mediação - as duas delegações. A resposta foi obviamente positiva, e chegou-se ao primeiro encontro mais tarde entre as duas delegações.

P.: O que achou, Sr. Embaixador, da fórmula Italiana? Qual foi o papel dessa fórmula no processo?

MC: Estávamos abalados pelo problema Angolano, que o Acordo de Paz assinado em Angola, que no dia seguinte, as actividades militares não tinham cessado. Portanto, esse era o peso, a preocupação de todos nós. Então, a começar pela duração do processo que levou dois anos, fomos muito criticados por isso: “Mas como é que a mediação não consegue...” “mas era necessário criar todas as condições para garantir que uma vez assinado o Acordo houvesse um período de Paz e assim foi.

Portanto, o facto de trabalhar sobre a psicologia das pessoas, criar confiança, credibilidade, não foi fácil, porque eram personagens que tinham as suas ideias, ambições. Mas conseguimos, e esta é a fórmula Italiana, aquela de conquistar a confiança das partes e de mostrar que, sobretudo, não havia nenhum interesse específico da nossa parte. De facto, não é que depois a Itália tenha obtido benefícios particulares do trabalho que teve no Acordo, a não ser pelo benefício de se ter feito uma operação digna de grandes considerações, isto é, a Paz.

Mas repito, essa acção lenta, levou tempo para conquistar a confiança dos negociadores, mas também do Povo. Um outro elemento importante foi que – isso eu fiz como Embaixador apoiado pelo meu Ministério – tentámos fazer contacto com a população dos territórios controlados pela RENAMO e não só nós, mas também ONGs católicas e laicas. O objectivo dessa operação era de falar com a população que considerava a guerra como um facto natural, ou seja, há a guerra e ponto final. Dizer a essa população que se há Paz nós podemos trazer aqui médicos, professores, podemos ajudar vocês a trabalhar na machamba, porém é preciso que se haja a paz. O que aconteceu foi, que a uma certa altura, as negociações em Roma, que no início eram um problema entre os vértices do Governo e da RENAMO, a população estava fora do jogo. Com essa acção capilar que todos nós fizemos, a uma certa altura, quando as delegações começaram a voltar a população pedia: “Então essa Paz faz- se ou não? Temos as crianças, temos que levá-los para a escola. Façam a paz.” Nós criámos, não só nós, todos nós, uma expectativa de Paz, e foi esse um outro dos elementos que deram solidez à aplicação do acordo.

P.: O seu envolvimento directo acontece logo nos primeiros encontros sobre a COMIVE³?

MC: No momento da minha nomeação como Presidente da COMIVE, em representação dos mediadores, tinha duas funções, era Embaixador da Itália e, portanto, representava o Governo, e segundo era representante dos mediadores, não que houvesse uma diferença marcante. Todavia me senti a partir daquele momento envolvido no processo de Paz. Desde o início o meu objectivo era de transformar a COMIVE num instrumento do processo de Paz. Aquilo que tive de fazer foi evitar que a COMIVE virasse uma espécie de tribunal, porque efectivamente as violações por parte da RENAMO no acordo de cessar-fogo eram recorrentes. Não sei se era a RENAMO responsável, ou se era criminalidade em geral. Recordemos que havia fome em Moçambique, então os assaltos aos vilarejos eram somente para buscar comida. Não havia choque militar entre as duas forças militares.

Portanto, eu me encontrava na COMIVE a escutar as acusações que vinham continuamente endereçadas à RENAMO. Então, procurava, primeiramente, ajudar os representantes da RENAMO a responder às acusações, mas não de modo polémico, mas de modo que fizesse a RENAMO parecer o menos responsável possível. De facto, nunca houve acusações por parte da COMIVE à RENAMO. Mas virou para mim e eu trabalhava nessa direcção, um momento de diálogo entre militares, militares do Governo e da RENAMO. Assim, eu me colocava lado a lado ao diálogo de Roma, onde estavam só os políticos discutindo. Isso me criou muitos problemas também, porque eu era acusado de não usar a COMIVE, com base nas suas finalidades previstas pelo acordo. Foi muito difícil, era criticado quer pelo Governo, quer pela RENAMO, mas sempre pelos políticos, não pelos militares. Também outros colegas, de outros países, que eram membros da COMIVE, não entendiam porque eu defendia a RENAMO, mesmo diante de acusações que para eles pareciam óbvias.

Eu não duvido, porque assim colocaria a RENAMO numa posição intransigente, interferiria nas negociações. Pelo contrário, o uso da COMIVE como instrumento de pacificação atenuou muita aspereza e rigidez das partes.

³ **COMIVE** - Comissão Mista de Verificação criada a 1 de Dezembro de 1990 para supervisionar o cumprimento do Acordo assinado em Roma, segundo o qual as tropas zimbabueanas são confinadas ao longo dos corredores da Beira e Limpopo e a RENAMO compromete-se a não atacar esses corredores.

Mas o segundo elemento importantíssimo foi que a COMIVE passou a ser uma maneira de se dialogar com Dhlakama⁴. Porque eu dizia ao representante da RENAMO, o General: “Diga ao Presidente para prestar atenção e dar ordem aos seus militares para não fazerem ataques, para não fazer guerra, porque é perigoso para todos”. Ao mesmo tempo eu tratava os três da RENAMO do melhor modo possível, para mostrar-lhes que era melhor viver na cidade, que no mato. Além disso, a população de Maputo não reagiu negativamente em relação a esses oficiais da RENAMO, que iam ao supermercado com o uniforme. No início eu tinha medo, dado que a maior parte da população de Maputo era vítima da guerra, tinha medo que houvesse comportamentos hostis. Mas não. Eu favorecia também esses tipos de encontro para mostrar que no final das contas eram todos Moçambicanos, que não se diferenciavam muito e que a convivência era possível. Assim eu levei adiante essa minha posição.

P.: Lembra-se de algumas das operações de verificação

MC: Infelizmente, também tinha isso. A COMIVE não tinha os instrumentos práticos para poder intervir, portanto não podíamos fazer inspecções. Tínhamos uma equipe em Chimoio que cobria o corredor de Beira, mas tivemos inúmeras dificuldades. Deveríamos criar outras equipas para controlar, pois Moçambique é três vezes maior que a Itália, enfim, um país muito grande. Não tínhamos os instrumentos financeiros e não se podiam fazer as inspecções com viaturas ligeiras, porque as estradas eram impraticáveis, devido à actividade da RENAMO. Portanto, éramos muito criticados, isso é verdade. Mas até um certo ponto, eu mantinha a minha posição. Dizia que a COMIVE é um instrumento da negociação, não é algo separado.

P.: Fez o seu trabalho sempre em cooperação com os mediadores?

MC: Sempre. Tenho que dizer que os mediadores, em particular Raffaelli, Dom Matteo⁵, Dom Jaime⁶ e também o senador Raffaelli entendiam muito bem a minha posição. De facto, nunca me criticaram, pelo contrário, sempre tive a máxima colaboração por parte deles.

P.: Teve a oportunidade de acompanhar algumas discussões, e uma delas foi o processo de reconhecimento mútuo que criou, no Malawi, uma pequena tensão...

MC: Esse foi o momento mais difícil de toda a negociação, o mais delicado, porque os mediadores tinham apresentado esse documento às delegações em Roma, o preâmbulo, que era o reconhecimento de legitimidade das partes. A primeira reacção de ambas as partes foi muito negativa, porque era por um lado, desmentir todas as motivações da guerra. A RENAMO sempre negou legitimidade ao Governo e a FRELIMO sempre a negou à RENAMO. Eram considerados bandidos armados.

Esse documento deixou a RENAMO numa posição extremamente difícil. Raul Domingos⁷ disse que não podia decidir nada, porque esse ponto não era previsto na agenda. Portanto, tinha que falar com o Presidente e os mediadores disseram: “Certo, tudo bem, vamos falar com o Presidente”. A resposta de Dhlakama foi: “Sim, eu estou disposto a encontrar os mediadores, mas na Gorongosa”. Evidentemente, foi uma resposta que gelou todo mundo, porque o Governo disse: “Não queremos criar uma situação Angolana, típica”.

Então eu decidi ir à Gorongosa. Nunca tinha visto Dhlakama antes, só tínhamos falado através da delegação da RENAMO em Maputo. Não disse a ninguém que ia à Gorongosa, para não ter uma reacção negativa, fosse por parte do meu Ministério que poderia dizer que não podia ir, etc., fosse do próprio Governo. Embora fosse o Presidente da COMIVE era, de qualquer forma, o Embaixador da Itália, um órgão oficial e por isso não disse a ninguém. Combinei com o General

⁴ **Afonso Macacho Marceta Dhlakama** (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953), é um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.

⁵ **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950), é um padre católico italiano da comunidade de Santo Egidio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

⁶ **Dom Jaime Gonçalves**, (26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

⁷ **Raul Manuel Domingos** fez parte da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) até ser expulso do partido, em 7 de Julho de 2000. Chefiou a Delegação da Renamo nas negociações de Paz em Roma, quando era Chefe do Departamento das Relações Exteriores da Renamo. De 1994 a 1999, Domingos liderou o grupo parlamentar do RENAMO. Na eleição presidencial de 2004, o político concorreu ao cargo pelo Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD). Em 2013 regressou à Renamo.

da RENAMO em Maputo, ele marcou o encontro, eles tinham um rádio. Então, deixei Roma e fui para Joanesburgo e de lá peguei um avião da LAM e, enfim, cheguei à Gorongosa. Ali encontrei Dhlakama, ele ficou surpreso com a minha presença, porque era a primeira vez que um representante oficial ia à região. Ficou muito impressionado. Eu falei-lhe sobre esse preâmbulo, expliquei-lhe a importância de tal documento e que os mediadores estavam dispostos a discutir e que era necessário que ele falasse com os mediadores. Então ele me disse: “Está bem, diga aos mediadores que os encontro no Malawi na semana que vem”.

Voltei a Maputo, informei os mediadores dessa disponibilidade de Dhlakama, quarta-feira, me lembro, da semana seguinte para discutir sobre o preâmbulo. De facto, fomos todos ao Malawi, a Blantyre, falou-se desse documento, mas não foi fácil, porque a reacção negativa da RENAMO foi muito forte, em relação ao documento. O senador Raffaelli explicava a importância de tal preâmbulo, que era determinante para dar uma base sólida ao processo de pacificação. O senador Raffaelli insistiu tanto que os mediadores, Dom Jaime e Don Matteo, em um certo ponto temiam que se chegasse a uma ruptura. Portanto, advertiram Raffaelli para não insistir demasiado.

Era o conflito entre duas visões do processo de Paz, aquela política, racional e evidente do senador Raffaelli e a visão um pouco paternalista dos sacerdotes. Houve um jantar no qual se chegou ao limite de uma ruptura na mediação, que de qualquer forma foi superada, obviamente, com grande alívio por parte de todos. O preâmbulo foi em seguida ligeiramente modificado e depois houve um encontro com Chissano. A partir dali a negociação não foi fácil, os problemas foram tantos, mas a base estava concordada e sólida.

P.: A sua informação para os mediadores foi feita por um fax, no qual o Embaixador colocava os pontos sobre os quais as conversações deviam basear-se.

MC: Sim, claro. O problema de base, naquele momento, passou a ser o das garantias. A RENAMO queria garantias precisas, e isso tornou-se o tema. Além dos assuntos que eram previstos na agenda, o problema eram agora as garantias, sejam políticas ou financeiras.

Portanto, o discurso passou a ser mais difícil, porque em relação às garantias era o Governo que deveria fazer concessões. O trabalho dos mediadores foi justamente encontrar compromissos construtivos. Depois, tenho que dizer, que naquela altura a RENAMO tinha mudado. O reconhecimento da legitimidade do Governo, da Constituição, das leis, etc., tinha privado a RENAMO de argumentos polémicos. Portanto, o discurso não digo que ficou mais fácil, mas era mais construtivo.

P.: A RENAMO levantou um problema relacionado com a COMIVE e então o Embaixador é chamado a Roma para esclarecer o assunto.

MC: Sim, efectivamente a RENAMO - não é uma crítica que eu faço - encontrou no funcionamento da COMIVE, um motivo para polémica. De facto, tomou uma posição muito dura. Eu fui chamado a Roma para me justificar. Não tinha justificação, porque justamente a COMIVE, como instrumento de implementação do cessar-fogo não funcionava, não tínhamos feito nenhum controle, pouquíssimos controlos. Se as tropas zimbabueanas estivessem ainda no corredor, nós não podíamos averiguar. Deveríamos ter uma presença quotidiana nos corredores. Mas tudo bem, eu aceitei as críticas, dei as minhas justificações, mas substancialmente, aceitei-as. Contando, porém, com o meu contacto com o presidente Dhlakama, porque tinha sido o Raul Domingos que havia tomado essa posição dura. Então eu mandei um *fax* para o Dhlakama, não protestando, mas dizendo: “O senhor Presidente me conhece muito bem, sabe que eu trabalhei e trabalho em prol da Paz, não me coloque nessa situação”. De facto, a posição de Raul Domingos mudou.

P.: No *fax* que envia aos mediadores refere também o problema da seca e a fuga das populações para as cidades e o receio da RENAMO que a sua base de apoio possa desaparecer...

MC: A complicar a situação naquele período foi o drama da seca, que atingiu todo o país. Em particular, a vítima principal foi a população nos territórios controlados pela RENAMO. Muitas pessoas fugiram, iam para as cidades, para os vilarejos, facto que trouxe preocupações para o presidente Dhlakama, uma vez que se via enfraquecido, em termos de representação da população.

Então, nós juntamente com o Programa Mundial de Alimentos, que é um organismo da ONU, que luta contra a fome, começámos a enviar comida também para as regiões controladas pela RENAMO. Tomando uma posição muito crítica em relação ao Governo que, por sua vez, queria impedir, porque, obviamente, tinha todo o interesse que tais territórios fossem despovoados. É taticamente compreensível.

Tenho que dizer uma coisa, eu sempre trabalhei em pleno acordo com os meus colegas, em especial com os americanos. Eles faziam muita questão, eu sempre pedi o parecer deles, o apoio deles, que sempre obtive. Em especial, diante do drama da seca, houve um esforço da comunidade internacional e dos organismos da ONU para atenuar as consequências negativas da seca. Ali também, de qualquer modo, foi um elemento que levou a RENAMO a olhar para as negociações e, sobretudo, para o final das negociações, com grande interesse, levando em consideração aquelas que eram as exigências da população.

P.: Há um período que já há decisões sobre os corredores humanitários, mas a ajuda não consegue chegar.

MC: Não, porque repito, era preciso mandar por via aérea e isso era muito complicado. Eu tentava explicar ao presidente Dhlakama que não era má vontade, mas era que não podíamos, como faríamos para chegar até ao mato, era preciso um esforço financeiro muito grande. Portanto, era melhor fazer a Paz, porque assim resolveríamos os problemas dos obstáculos. Dhlakama não me respondia, mas entendia. Eu creio que essa situação teve uma certa influência sobre ele.

P.: Dhlakama ameaça de não ir à assinatura. Os mediadores escrevem-lhe uma carta que Raul Domingos resolve não entregar e eles pedem para que você o faça. É o Embaixador que vai ao encontro de Dhlakama para entregar a carta?

MC: Sim, a situação era dramática, porque já tínhamos em Roma as delegações prontas para participar, seja para assinar ou para participar e Dhlakama recusava-se a ir para Roma. Nessa altura eu estava em Maputo e havia um representante político da RENAMO, um homem de confiança de Dhlakama. Como eu não podia falar pelo telefone, era complicado falar com ele. Então, eu disse a esse representante da RENAMO para dizer a Dhlakama que ele tinha que ir a Roma, assinasse ou não assinasse, tinha que ir à Roma, porque era um dever para com a população Moçambicana e um dever para com a comunidade internacional e depois adicionei, que devia fazê-lo por mim. A resposta foi: “Sim, o farei por você, vou para Roma. “Eu fiquei comovido por esse seu gesto. Provavelmente era uma hipocrisia de sua parte, mas de qualquer forma fiquei surpreso. O avião de Tiny Roland⁸ estava já pronto para ir buscá-lo e, de facto, foi para Roma. Isso é importante. Então eu telefonei imediatamente ao senador Raffaelli dizendo que o presidente Dhlakama estava indo.

P.: Logo depois do acordo inicia-se a ONUMOZ e é uma fase um pouco complicada porque houve um certo atraso da ONU para chegar... e o Embaixador e o Governo Italiano tentaram remediar essa falha?

MC: A fase de implementação do acordo foi bastante crítica, porque eu era completamente favorável à presença do contingente militar Italiano. Contingente esse que era um sinal para a população Moçambicana de que os soldados que estavam ali eram soldados da Paz, e não da guerra, como estavam acostumados a ver. Isso psicologicamente foi muito importante. A minha crítica era porém, baseada no custo da operação da ONU, que era muito elevado, era um milhão [de dólares Americanos] por dia, num país que estava destruído, que a fome era geral. O facto que a comunidade internacional financiasse por um milhão por dia a estrutura da ONU – e isso eu disse a todos – quando a Paz já tinha sido alcançada. Eu sabia que a RENAMO não pegaria mais nas armas. Houve alguns incidentes, mas que eram marginais. Desde então a vontade da RENAMO e da população dos territórios da RENAMO era de Paz, até porque havia a seca e a Paz significava a chegada de comida, médicos, a reabilitação das vilas. Portanto, a Paz tinha-se tornado uma exigência de todos e eram eles os defensores do Acordo de Paz, mais do que as partes interessadas.

Tendo em vista que que 5 milhões de deslocados voltavam ao país, era preciso ajudá-los, era preciso reestruturar os meios de comunicação, as aldeias, a agricultura que foi abandonada por anos era preciso, portanto, reestruturá-la, levar água,

⁸ Roland "Tiny" Rowland (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhou fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controle do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

energia. Enfim, era um empenho financeiro considerável, que teria sido facilitado digamos, por um melhor uso dos recursos financeiros.

Um outro momento não de crítica, mas de discussão com Ajello⁹ - que de toda a forma é um caro amigo e que por isso, justamente, nos permitia de falar francamente - era a desmobilização. Eu era contrário à ideia de se colocar os soldados desmobilizados em campos, à espera dos seus alojamentos. Era muito perigoso, porque se não fossem bem tratados, se houvesse uma recusa qualquer de permanecer nos campos, podia acontecer que esses ex-militares reagissem militarmente, ou que eles se rearmassem. Não tanto no contexto Governo/ RENAMO, mas podia haver grupos que insatisfeitos pelo tratamento, levando em conta que se tratavam de ex-militares, então não acostumados a trabalhar, era preciso tratá-los muito bem. Cheguei a dizer à Ajello que se eles querem ir para o Polana, coloquemo-los no Polana, que era o grande hotel de Maputo, ou seja, vamos tentar entendê-los e tentar a inseri-los na sociedade como civis, de modo a evitar confrontos e recusas.

P.: Ao nível da comissão de cessar-fogo, o Embaixador também participava na discussão de alguns dos critérios para a escolha da polícia, forças armadas, etc... houve momentos em que quase havia uma continuação da discussão do acordo...

MC: Sim, temas como serviços secretos, serviços de informação. Tenho que dizer que eram mais motivo de discussão entre especialistas. Eu não fui envolvido. No início, antes da assinatura do acordo, houve o problema dos serviços que a RENAMO queria que fossem desmantelados completamente e reconstituídos com presença paritária. Na última fase fui encarregado de presidir a comissão das questões militares e nessa não estava incluída essa questão dos serviços. Porém, eu estava ciente disso. Estando em Maputo, tentava encontrar uma fórmula que pudesse ajudar os esforços dos mediadores. Portanto, eu falei sobre isso com o Presidente Chissano, o qual me deu algumas hipóteses que eu transmiti, em seguida, sem entrar no mérito dos mediadores e deixando para eles todas as decisões que diziam respeito a essas questões. Já não era da minha competência.

P.: Qual é o valor pessoal que atribui ao facto de ter participado desse processo de Paz em Moçambique?

MC: Para mim foi uma experiência que nunca teria imaginado, que como diplomata, podia ser envolvido tão profundamente, num processo assim tão importante. Foi uma experiência única. Talvez qualquer um teria feito a mesma coisa, as mesmas coisas que eu fiz. Dei-me conta que como diplomata e como ser humano tinha responsabilidades de solidariedade para com um povo que sofria, ou tinha sofrido de modo injusto.

Portanto, humanamente senti-me ligado a esse dever de ajudar o Povo Moçambicano que é um Povo que amei e que amo ainda hoje. Tenho que dizer que foi também a reacção que as pessoas comuns tinham para com a minha pessoa. Lembro-me que quando voltava de Roma, as pessoas me esperavam no aeroporto para agradecer. Diziam: “Eu soube que o senhor conseguiu...” e eu dizia: “Não, não sou eu, são os mediadores a chave desse processo.” Mas na rua quando me encontravam agradeciam-me e tenho que dizer que me empenhei mais daquilo que eram realmente os deveres de um Embaixador, de um presidente da COMIVE.

Fiquei profundamente comovido pelo elo que se tinha criado entre mim e o presidente Chissano, que de vez em quando, me ligava. De vez em quando também ia ao seu gabinete, ele me pegava pela mão e passeávamos pelo jardim e me falava com o coração na mão. O mesmo comportamento tinha o presidente Dhlakama comigo. Posso dizer que por exemplo, o Presidente Chissano sabia que eu tinha ido à Gorongosa, o director da LAM tinha-lhe dito. Perguntei-lhe: “Mas o Presidente Chissano sabe que estive à Gorongosa?” “Mas claro que sabe foi a primeira coisa que eu lhe disse... disse-lhe: olha que o Embaixador quer ir à Gorongosa.” O Presidente Chissano disse: “Problema dele, se quiser ir que vá, eu não faço nada contra.” Mas havia ainda a guerra.

Eu disse ao presidente Dhlakama: “Por favor, não diga a ninguém que eu estive em Gorongosa. - ele tinha comunicação por rádio – senão você vai me colocar em maus lençóis” e Presidente Dhlakama não disse a ninguém. O facto é que 10 dias depois me chamou o presidente Chissano, e começou a me dizer: “Embaixador, eu quero a Paz e se Dhlakama soubesse que realmente eu quero a Paz, estou inclusive, até pronto a discutir com ele”. Eu fiquei calado. Voltei para a Embaixada e fui directamente falar com Dhlakama dizer-lhe que o Presidente Chissano quer a Paz. “O que quer realmente

⁹ Aldo Ajello (1936-), de nacionalidade italiana, foi o representante especial e chefe da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) a partir de Outubro de 1992 a Dezembro de 1994.

o senhor?” ou seja, comecei a dar uma de mediador entre esses dois personagens-chave e isso foi também para mim uma experiência muito bela. A minha preocupação era a de haver um certo diálogo com os mediadores para que não se criassem depois diversas situações, problemas diferentes. Mas, graças à amizade que tinha com o senador Raffaelli e Dom Matteo trabalhámos em perfeita sintonia, e repito, foram cinco anos belíssimos, difíceis, mas belíssimos.